



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 561227 - SP (2020/0033348-1)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : JOSE LUIZ DE ARRUDA GONCALVES  
**ADVOGADO** : JOSE LUIZ DE ARRUDA GONCALVES - SP103162  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GIOVANNI HARRISON ANDRADE (PRESO)  
**CORRÉU** : MARCOS ADREY LUIZ DE SOUZA TAVARES  
**CORRÉU** : HIGOR HENRIQUE BUENO ROCHA  
**CORRÉU** : EVERTON LUIZ DE SOUZA TAVARES  
**CORRÉU** : WESLEY APARECIDO SOARES DA SILVA  
**CORRÉU** : IVANIZA MARIA OLEGÁRIO  
**CORRÉU** : FRANCELLY BATISTA DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **GIOVANNI HARRISON ANDRADE** em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado como incurso nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, à pena total de 10 anos, 3 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 1.496 dias-multa, sendo-lhe negado o apelo em liberdade.

Neste *writ*, o impetrante alega, em síntese, excesso de prazo no julgamento da apelação.

Destaca que os autos foram recebidos no Tribunal *a quo* em 15/3/2019 e até o momento está sem apreciação pela Corte de origem.

Ressalta, ainda, que o paciente está preso cautelarmente desde 5/9/2017, portanto, há mais de 2 anos.

Pleiteia, assim, o relaxamento da custódia a fim de que o paciente aguarde em liberdade o julgamento da apelação.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, mas com recomendação de celeridade no julgamento da apelação.

**É o relatório.**

Decido.

A irresignação da defesa não comporta acolhimento.

De início, convém destacar que a lei processual não estabelece um prazo para o julgamento da apelação criminal. Eventual excesso no andamento do feito deve ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, para que se verifique a ocorrência de constrangimento ilegal imposto ao réu.

Portanto, vejamos:

Em consulta ao site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, observa-se que a apelação defensiva foi recebida na origem em 20/2/2019, sendo distribuída ao Desembargador relator em 15/3/2019.

Em 7/6/2019, os autos foram encaminhados ao Ministério Público, retornando com parecer ministerial em 28/6/2019.

Atualmente, o processo está concluso ao relator.

Conforme se infere, o feito segue seu trâmite regular e está sendo conduzido diligentemente pelo TJSP. Eventual retardo na instrução deve ser atribuído às especificidades da causa, uma vez que se trata de processo com cinco apelantes e apuração de pluralidade de crimes.

Por fim, ressalta-se que, consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser mensurado de acordo com a quantidade de pena imposta na sentença condenatória. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 10 anos, 3 meses e 20 dias de reclusão.

Sobre o tema, os seguintes julgados desta Corte:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. RECEPÇÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RÉU CONDENADO À PENA DE 27 ANOS DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO. RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo. Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

2. O paciente foi condenado à pena de 27 anos de reclusão pela prática dos crimes de roubo majorado e receptação, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade. Desse modo, não verifico flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso, pois não demonstrado que, em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o paciente se encontra impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena. Destarte, diante das circunstâncias peculiares do caso em tela, tem-se que a persecução penal tramita dentro do princípio da razoabilidade, sem registro de qualquer evento relevante atribuído ao Poder Judiciário que possa caracterizar constrangimento ilegal e justificar o relaxamento da prisão.

3. Embora tenha transcorrido prazo aproximado de 1 ano para o julgamento da apelação interposta, houve contínua movimentação do feito - a apelação ajuizada pelo causídico de Matheus foi recebida pelo Juiz a quo aos 27 de junho de 2018. O Ministério Público apresentou as contrarrazões aos 31 de julho seguinte. Ademais, aos 26 de setembro e 26 de novembro subsequentes, o patrono reiterou as razões recursais e requereu o imediato processamento do feito. A defesa do corréu Almir opôs embargos de declaração e, posteriormente, ajuizou apelação da aludida r. sentença, tendo o Magistrado recebido o recurso aos 16 de janeiro transato, determinando que fossem apresentadas as razões recursais e, após, as contrarrazões pelo Parquet.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 506.431/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019)

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RECOMENDAÇÃO PARA CELERIDADE NO JULGAMENTO.

1. A alegação de ilegalidade da negativa do direito de recorrer em liberdade da sentença penal condenatória não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, o que impede o enfrentamento do tema por esta Corte sob pena de indevida supressão de instância.

2. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da

duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

3. Esta Corte tem reiterada jurisprudência no sentido de que a análise do excesso de prazo para o julgamento da apelação deve levar em consideração o quantum de pena aplicada na sentença condenatória. (Precedentes)

4. Na presente hipótese, o paciente foi condenado a uma pena total de 10 anos, 10 meses e 20 dias pela prática dos delitos de tráfico de drogas interestadual em associação criminosa que foi flagrada transportando 3,217kg (três quilogramas, duzentos e dezessete gramas) de cocaína. Está dentro dos limites da razoabilidade, portanto, o prazo de 24 meses desde o aviamento do recurso de apelação até a presente data, mormente se considerado serem 7 corréus com patronos distintos e o feito já se encontrar concluso para o relator.

5. Ordem denegada, com recomendação."

(HC 499.713/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 18/06/2019)

Ante o exposto, **denego** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator